



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
 CONserto E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE  
 PEÇAS, PARA O IFRS – CAMPUS ERECHIM (SRP)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021**

**(Processo Administrativo n.º 23363.000023/2021-33)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conserto e manutenção de máquinas e equipamentos, com fornecimento de peças, para o IFRS – Campus Erechim, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo 1	Item	Determinador de Fibra (Digester), marca Solab, modelo SL-118. –(01 unidade). Extrator de Lipídios, marca Lucadema, modelo Luca-201/6. (01 unidade)			
	1	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>
			20	797,75	15.955,00
	2	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ <b>(D)</b>	Percentual estimado de desconto das peças % <b>(E)</b>	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ <b>(F) = D - E</b>
			R\$ 3.138,00	2,75	3.051,71
<b>Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F</b>			R\$ 19.006,71		

Grupo 2	Item	- Manutenção de 1 (uma) unidade de Microscópio Biológico Trinocular Marca Physis, modelo EXP 100 - Manutenção de 11 (onze) unidades de Microscópio biológico binocular com ótica de correção infinita UIS. Marca NOVA, modelo NOVA180I - Manutenção de 3 (três) unidades de Microscópio biológico, com ótica de correção infinita UIS. Marca: Olympus - Manutenção de 1 (uma) unidade de Câmera Digital de vídeo para ser acoplada nas oculares ou no tubo trinocular de qualquer marca microscópio, equipada com circuito CMOS ou CCD. Marca: Ailton. - Manutenção de 1 (uma) unidade de Microscópio biológico binocular Marca Instrutherm MOD MBB 200 - Manutenção de 1 (uma) unidade de Estereomicroscópio (microscópio estereoscópio), trinocular com zoom; Acompanha 01 par de oculares de 20x; Transformador c tensão de 220v e potenciômetro para regular a intensidade da luz. Marca DiagService, modelo XTL6445T-B2
---------	------	---

IFRS – Campus Erechim	
Fls. n°	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

	3	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas (A)	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ (B)	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ (C) = A x B
			40	991,75	39.670,00
	4	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ (D)	Percentual estimado de desconto das peças % (E)	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ (F) = D - E
			R\$ 21.000,00	2,75	20.422,50
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 60.092,50		

Grupo 3	Item	- Manutenção de 2 (duas) unidades de estufa para secagem e esterilização de materiais marca FANEM modelo 515 - Manutenção de 3 (três) unidades de estufa de esterilização e secagem. Marca: Lucadema, série Luca 82 - Manutenção de 1 (uma) unidade de Forno Mufla para laboratório, marca Zezimaq, modelo 2000G			
	5	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>
			20	577,60	11.552,00
	6	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ <b>(D)</b>	Percentual estimado de desconto das peças % <b>(E)</b>	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ <b>(F) = D - E</b>
			R\$ 6.000,00	2,60	5.844,00
	Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 17.396,00	

Grupo 4	Item	- Manutenção de 3 (três) unidades de manta aquecedora de 1000mL, marca Lucadema, modelo 1000 - Manutenção de 3 (três) unidades de manta aquecedora de 500mL, marca Edutec, modelo JK-CEJ 500 - Manutenção de 1 (uma) unidade de manta aquecedora de 1000mL Nova Instruments Modelo NI 1013 220 V - Manutenção de 1 (uma) unidade de manta aquecedora de 1000mL RBRQuímica 220 V - Manutenção de 1 (uma) unidade de manta aquecedora de 500 mL Nalgon, modelo 3320, 220 V, 60 Hz e 190 Watts			
	7	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>
			30	299,80	8.994,00
	8	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ <b>(D)</b>	Percentual estimado de desconto das peças % <b>(E)</b>	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ <b>(F) = D - E</b>
			R\$ 5.000,00	2,60	4.870,00
	Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 13.864,00	



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**  
**Campus Erechim**

Grupo 5	Item	- Manutenção de 3 (três) unidades de destilador de água: 10L/hora, marca SPLABOR, modelo SP10L. Cuba e condensador estampada em aço inox, nível de H2O automático, resistência blindada em aço inox, termostato bimetalico de segurança contra falta de água - Manutenção de 3 (três) unidades de destiladores de água tipo Pilsen, Marca Solab, modelo SL-71 2. Cuba e condensador estampada em aço inox, nível de H2O automático, resistência blindada em aço inox, termostato bimetalico de segurança contra falta de água/ 5 L/h- de destilada / 50 L/h descartada			
	9	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>
			30	532,60	15.978,00
	10	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ <b>(D)</b>	Percentual estimado de desconto das peças % <b>(E)</b>	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ <b>(F) = D - E</b>
			R\$ 3.000,00	2,60	2.922,00
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 18.900,00		

Grupo 6	Item	Manutenção de 1 (uma) unidade de evaporador rotativo a vácuo, marca Marconi, modelo MA120/THV			
	11	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas (A)	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ (B)	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ (C) = A x B
			5	992,25	4.961,25
	12	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ (D)	Percentual estimado de desconto das peças % (E)	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ (F) = D - E
			R\$ 2.000,00	3,13	1.937,50
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 6.898,75		

Grupo 7	Item	Manutenção de 1 (uma) unidade de purificador de água por osmose Reversa, marca WS Proaqua, modelo ORPROLA			
	13	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>
			5	608,80	3.044,00
	14	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ <b>(D)</b>	Percentual estimado de desconto das peças % <b>(E)</b>	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ <b>(F) = D - E</b>
			R\$ 1.000,00	2,80	972,00
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 4.016,00		



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

Grupo 8	Item	Manutenção de 1 (uma) unidade de centrífuga Marca Kasvi 8 x 15 mL, Modelo K140815C, rotor de ângulo fixo 4000 rpm			
	15	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>
			5	460,60	2.303,00
	16	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ <b>(D)</b>	Percentual estimado de desconto das peças % <b>(E)</b>	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ <b>(F) = D - E</b>
			R\$ 1.000,00	2,90	971,00
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 3.274,00		

Grupo 9	Item	- Manutenção e calibração de 2 (duas) unidades de determinador de umidade com radiador infravermelho e fonte de aquecimento cerâmico IRCQR- radiador de quartzo enrolado. Capacidade 20 a 40 gramas de amostra e precisão 1 mg, legibilidade 0,001g reprodutibilidade de repetibilidade ± 0,05 %, temperatura de 40 a 220°C. Tamanho do Pam Ø 90mm. Resultados expressos nas seguintes unidades: %umidade, % resíduo seco/g resíduo seco, % resíduo seco/umidade. Saída RS 232 Voltagem 220, monofásico, Marca MARTE, Modelo ID 50, série ID V 1.8 - Manutenção e calibração de 1 (uma) unidade de balança determinadora de umidade eletrônica, para determinação de umidade em cereais, alimentos, adesivos, polímeros. Capacidade Máxima: 60 g; Capacidade Mínima: 0,02g. Marca: BEL Modelo I-Thermo			
	17	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>
			15	984,50	14.767,50
	18	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ <b>(D)</b>	Percentual estimado de desconto das peças % <b>(E)</b>	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ <b>(F) = D - E</b>
			R\$ 5.000,00	2,75	4.862,50
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 19.630,00		

Grupo 10	Item	Manutenção e calibração de 2 (duas) unidades de incubadoras BOD LUCA 161/01, 323 litros, compressor de 1/8 HP, controlador de temperatura digital, microprocessador PID SENSOR tipo PT 100, voltagem/ potência 220 volts/200wats. Dimensões internas e externas (L= 500, P= 500, A= 1400) (L=600, P=713, A=1590), cor branca - Manutenção e calibração de 1 (uma) unidade de estufa incubadora BOD, marca CALTECH, modelo EI08F2 - Manutenção de 7 (sete) unidades de refrigerador Biplax Frost Free, marca Consul, modelo CRM50 ABBNA - Manutenção de 1 (uma) unidade de refrigerador, marca Consul, modelo CRM37 - Manutenção de 2 (duas) unidades de refrigerador marca Electrolux, modelo DF42 - Manutenção de 2 (duas) unidades de refrigerador duplex 337 litros - Marca Dako/ Modelo REDK 370 - Manutenção de 1 (uma) unidade de refrigerador, Marca Consul, modelo CRM51 - Manutenção de 3 (três) unidades de freezer vertical, marca Brastemp, modelo BVG24 - Manutenção de 1 (uma) unidade de freezer horizontal, marca Electrolux, modelo H500			
----------	------	---	--	--	--



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**  
**Campus Erechim**

	19	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>
			90	564,75	50.827,50
	20	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ <b>(D)</b>	Percentual estimado de desconto das peças % <b>(E)</b>	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ <b>(F) = D - E</b>
			R\$ 16.600,00	2,88	16.122,75
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 66.950,25		

Grupo 11	Item	Calibração e manutenção de 1 (uma) unidade de agitador eletromagnético para análise granulométrica em peneiras redondas, Marca AAKER			
	21	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas (A)	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ (B)	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ (C) = A x B
			10	458,50	4.585,00
	22	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ (D)	Percentual estimado de desconto das peças % (E)	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ (F) = D - E
			R\$ 2.000,00	2,75	1.945,00
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 6.530,00		

Grupo 12	Item	Multiprocessador de alimentos (Marca CAF, Molelo PA90, 1 unidade) Batederia Planetária (Marca Oster, Modelo Power 750, 2 unidades)			
	23	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas (A)	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ (B)	Preço estimado da mão- de-obra total R\$ (C) = A x B
			12	559,75	6.717,00
	24	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ (D)	Percentual estimado de desconto das peças % (E)	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ (F) = D - E
			R\$ 1.000,00	2,75	972,50
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 7.689,50		

Grupo 13	Item	Refratômetro Portátil ( 2 unidades)			
	25	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

			12	322,25	3.867,00
	26	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ (D)	Percentual estimado de desconto das peças % (E)	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ (F) = D - E
			R\$ 400,00	2,88	388,50
<b>Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F</b>			R\$ 4.255,50		

Grupo 14	Item	Fonte de alimentação digital variável (6 unidades).Tensão saída 0 a 30v, limite de corrente 3A, de ripple/ruído 2mA RM5 e 0,5mV RM5. marca Icel, Modelo PS-4000.			
	27	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas (A)	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ (B)	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ (C) = A x B
			24	340,80	8.179,20
	28	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ (D)	Percentual estimado de desconto das peças % (E)	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ (F) = D - E
			R\$ 1.000,00	2,80	972,00
<b>Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F</b>			R\$ 9.151,20		

Grupo 15	Item	Cortadeira Arotec – modelo Arocor 60 (1 unidade); Politriz Teclago – modelo PI 02 ETD (2 unidades); Embutidora Arotec – modelo PRE 30Mi (1 unidade).			
	29	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas (A)	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ (B)	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ (C) = A x B
			120	712,25	85.470,00
	30	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ (D)	Percentual estimado de desconto das peças % (E)	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ (F) = D - E
			R\$ 12.099,78	3,00	11.736,79
<b>Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F</b>			R\$ 97.206,79		

Grupo 16	Item	- Microscópio Metalográfico – marca Bel Photonics e câmera integrada (1 unidade); - Microscópio Metalográfico – marca Alltion e câmera integrada (1 unidade)			
	31	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas (A)	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ (B)	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ (C) = A x B
			24	993,00	23.832,00



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

	32	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ (D)	Percentual estimado de desconto das peças % (E)	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ (F) = D - E
			R\$ 5.000,00	3,33	4.833,33
<b>Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F</b>			R\$ 28.665,33		

Grupo 17	Item	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, das persianas verticais instaladas nos prédios do IFRS – Campus Erechim			
	33	Horas de mão de obra estimadas de manutenção	Qtde Anual estimada de horas <b>(A)</b>	Preço estimado da mão-de-obra por hora R\$ <b>(B)</b>	Preço estimado da mão-de-obra total R\$ <b>(C) = A x B</b>
			160	274,25	43.880,00
	34	Peças Valor Estimado	Valor anual estimado R\$ <b>(D)</b>	Percentual estimado de desconto das peças % <b>(E)</b>	Total Anual estimado de peças com desconto R\$ <b>(F) = D - E</b>
			R\$ 5.500,00	4,00	5.280,00
Valor Global Estimado do Lote (VG)= C+F			R\$ 49.160,00		

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 1.3. Os quantitativos dos itens são os discriminados nas tabelas acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

IFRS – Campus Erechim	
Fls. n°	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

#### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. A licitante poderá realizar vistoria prévia ao local para conhecimento das instalações e das máquinas e equipamentos;**
- 5.1.2. A licitante deverá comprovar capacidade técnica para executar os serviços;**
- 5.1.3. A empresa deve ser inidônea e do ramo de atividade;**
- 5.1.4. A empresa deve estar de acordo com as condições de execução do objeto.**
- 5.1.5. Esta contratação tem caráter continuado, visto que trata-se de contratação que influencia no desenvolvimento de atividades diárias e essenciais para o bom andamento da Instituição.**
- 5.1.6. As empresas contratadas deverão obedecer ao Art. 6º da IN N.º 01/ SLTI, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando couber, conforme segue:**
- “I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;**
- II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;**
- III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;**
- IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;**
- V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

- energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.”
- 5.1.7. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:
- a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
  - b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
  - c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
  - d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
  - e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
  - f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
  - g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes

IFRS – Campus Erechim	
Fls. n°	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

**adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.**

**g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.**

**g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.**

**5.1.8. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.**

**5.1.9. É obrigação do contratado que o fabricante do produto/peça por ele ofertado esteja devidamente registrado junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e as disposições específicas deste Guia Prático sobre CTF também devem ser seguidas.**

**5.1.10. A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por até 60 (sessenta) meses.**

**5.1.11. Há contratos vigentes para serviços de conserto e manutenção de máquinas e equipamentos, com fornecimento de peças no IFRS - Campus Erechim, mas não há a necessidade de a(s) contratada(s) promover(em) a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.**

**5.1.12. O atendimento da necessidade de serviços de conserto e manutenção de máquinas e equipamentos, com fornecimento de peças, para o IFRS – Campus Erechim, se dará através da contratação de empresas especializadas na prestação dos serviços solicitados, o que garantirá o pleno funcionamento dos equipamentos e máquinas, proporcionando o desenvolvimento das atividades diárias e essenciais para o bom andamento da Instituição.**

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, conforme endereço e contatos abaixo:

Identificação	Endereço	Agendamento de Vistoria
IFRS – Campus Erechim	Avenida José Oscar Salazar, nº 879, Bairro Três	dap@erechim.ifrs.edu.br

IFRS – Campus Erechim	
Fls. nº	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

	Vendas, Erechim/RS CEP: 99.713-042	
--	---------------------------------------	--

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**7.1.1. Os serviços solicitados deverão ser prestados na sede do IFRS – Campus Erechim, conforme Nota de Empenho, sendo acompanhados, recebidos e conferidos pelos responsáveis pela Ordem de Execução dos serviços:**

UNIDADE	ENDEREÇO
IFRS – Campus Erechim	Avenida José Oscar Salazar, 879, Bairro Três Vendas, Erechim/RS – CEP: 99.713-042

**7.1.2. A empresa deverá estar de acordo com as seguintes condições de execução do objeto:**

**7.1.2.1. após recebimento do chamado, num período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o representante/técnico da empresa licitante, encarregado da prestação dos serviços, deverá apresentar-se para início do serviço, retirando formulário (Ordem de Execução dos Serviços) no setor Competente, para preenchimento, onde indicará horário de início e término da execução da tarefa, bem como descrição detalhada dos serviços realizados, e quando da conclusão dos serviços, retornando para verificação e rubrica do funcionário.**

**7.1.2.2. a licitante vencedora compromete-se a executar os serviços, entregando o equipamento/máquina em perfeitas condições de funcionamento, realizando os serviços com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramentas adequadas.**

IFRS – Campus Erechim	
Fls. n°	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

**7.1.2.3. executar fielmente e dentro das melhores condições das normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, conforme o edital de licitação e contrato, observando especificações da Ordem de Execução dos Serviços, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços.**

**7.1.2.4. atender com prioridade as solicitações da Contratante, para a execução de serviços.**

**7.1.2.5. somente utilizar peças originais (novas), que atendam as recomendações do fabricante do equipamento/máquina, não podendo valer-se, em hipótese nenhuma, de peças reconcondicionadas, de mercado paralelo, ou de outra procedência, como também não utilizar mão-de-obra de terceiros, sem expressa e prévia autorização da Contratante.**

**7.1.2.6. as peças de reposição, quando necessárias, serão fornecidas pela Contratada, com base na tabela praticada pela empresa, ofertando desconto conforme proposta de preço. Para tanto, a Contratada deverá fornecer tabela atualizada regularmente, sendo que o IFRS - Campus Erechim se reserva o direito de realizar pesquisa de preço, podendo não aceitar a peça/acessório ou preço da Contratada.**

**7.1.2.7. a verificação da compatibilidade dos preços apresentados ocorrerá por meio de pesquisa de mercado feita pela Administração, observando-se os termos da IN SLTI/MPOG nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.**

**7.1.2.8. a Contratada se compromete a desfazer e/ou refazer, no total ou em parte, reparar, substituir peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela Contratante, decorrente de culpa da Contratada, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, mesmo nos serviços recebidos, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação do serviço e/ou dentro do prazo de garantia.**

**7.1.2.9. entende-se por prazo de garantia das peças, a mesma oferecida pelo fabricante e o prazo de garantia dos serviços realizados deve ser de 90 (noventa) dias, a contar da sua aceitação.**

**7.1.2.10. a garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, independente do término ou rescisão do contrato, até o limite da garantia.**

**7.1.2.11. a Contratada deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados ou representantes, direta ou indiretamente, à Contratante.**

**7.1.2.12. quando a Contratante entender necessário, designará servidor para acompanhar efetivamente a execução dos serviços, inclusive quando se tratar de trabalhos internos ou mais complexos.**

IFRS – Campus Erechim	
Fls. n°	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

**7.1.2.13. a Contratada se compromete a informar, através de documento fundamentado, os casos em que o defeito do equipamento/máquina tenha sido causado por falta de zelo do servidor.**

**7.1.2.14. as peças e suas quantidades, bem como o número de horas para a execução dos serviços, deverão corresponder ao efetivamente realizado, devendo a Contratada se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto.**

**7.1.2.15. o IFRS - Campus Erechim se reserva o direito de rejeitar o serviço entregue, se em desacordo com os termos do edital.**

**7.1.2.16. quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da licitação deverão ser prontamente atendidas pela licitante vencedora.**

**7.1.2.17. todas as máquinas serão consertadas na sede da Contratante, com exceção daquelas que não oferecem condições, sendo de responsabilidade da licitante vencedora o transporte da mesma.**

**7.1.2.18. os equipamentos/máquinas do IFRS - Campus Erechim, enquanto estiverem na sede da Contratada para realização de serviços, deverão estar em local coberto, limpo e fechado, sem acesso ao público externo, de modo que ofereça segurança e proteção ao patrimônio público.**

**7.1.2.19. os equipamentos/máquinas que forem adquiridos, recebidos por doação de outros órgãos, a partir da presente licitação serão acrescidos aos respectivos grupos compatíveis com seu destino e características após o término do período de garantia, à critério da Administração.**

**7.1.2.20. a Contratada se compromete a arcar com os danos eventualmente ocorridos com os materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução dos serviços, sem possibilidade de ressarcimento pela CONTRATANTE.**

**7.1.2.21. responder por todo ou qualquer dano material ou pessoal causado por seus empregados ou prepostos aos equipamentos/máquinas da CONTRATANTE, a título de culpa ou dolo devidamente comprovados, quando estiverem sujeitos a reparos ou serviços sob a sua responsabilidade, providenciando a correspondente indenização.**

**7.1.2.22. o IFRS - Campus Erechim não está obrigado a contratar serviços de manutenção ou conserto das máquinas/equipamentos exclusivamente através deste pregão, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie à Contratada, ou, a rescisão do contrato, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à Contratada, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.**

**7.1.2.23. os serviços de serão executados apenas de forma corretiva e conforme a demanda da Instituição, justificando assim a inviabilidade técnica de contratação exclusiva por resultados.**

**7.1.2.24. o critério de remuneração será realizado a partir do cômputo da quantidade de horas técnicas de serviço realizado e das peças que forem**

IFRS – Campus Erechim	
Fls. n°	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

**substituídas.**

7.2. A execução dos serviços será iniciada após a emissão da Ordem de Execução dos Serviços.

**8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

**8.1. O modelo de gestão de contrato se dará conforme a IN 05/2017 – SEGES/MP e eventuais alterações posteriores.**

**8.2. Os serviços descritos neste Termo de Referência deverão ser executados na quantidade e qualidade necessária para a perfeita execução do objeto.**

**9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias para a perfeita execução do objeto.

**10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**10.1.1. Os equipamentos objetos da manutenção possuem características específicas seja no material de sua constituição, na tecnologia de funcionamento, na finalidade de emprego, estando subdivididos em grupos.**

**10.1.2. Com base nos custos anuais médios de despesas com conserto, necessidade de manutenção apresentada por diversas máquinas e equipamentos e pesquisa de mercado realizada elaborou-se as planilhas estimativas do item 1 deste Termo de Referência.**

**10.1.3. Para cálculo do valor global (proposta), deverá ser utilizada a equação indicada no grupo.**

**10.1.4. A proposta de preço a ser informada no sistema será o preço de mão-de-obra por hora (B) e o percentual de desconto (E) sobre as peças.**

**10.1.5. Para efeito desta licitação, será adotado o seguinte conceito de menor valor global do item:**

**I. ( C ) = AxB Total anual da hora trabalhada – o produto entre o total de horas estimadas para o período e o preço ofertado para a hora trabalhada.**

**II. ( F ) = D-E Total anual para o fornecimento das peças – com aplicação de desconto percentual sobre o volume de gastos da espécie estimado para o período.**

**III. ( VG ) = C+F Valor Global – resultado da soma do total anual da mão-de-obra e total anual de peças.**

**10.1.6. Os itens B (preços de mão-de-obra por hora) e E (percentual de desconto médio sobre as peças) das planilhas do item 1 são resultado da média de**



IFRS – Campus Erechim	
Fls. nº	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

**cotações dos orçamentos e representam valor e percentual da referência para cada grupo.**

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

IFRS – Campus Erechim	
Fls. nº	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



IFRS – Campus Erechim	
Fls. nº	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

IFRS – Campus Erechim	
Fls. nº	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo do Edital, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

IFRS – Campus Erechim	
Fls. n°	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Erechim

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**16.3.1.1.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**16.3.1.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**16.3.1.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**16.3.2.** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

**16.3.2.1.** quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**16.3.2.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**16.3.2.2.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**16.4.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

**16.4.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**16.4.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**16.4.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

IFRS – Campus Erechim	
Fls. nº	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned}
 &EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:} \\
 &EM = \text{Encargos moratórios;} \\
 &N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;} \\
 &VP = \text{Valor da parcela a ser paga.} \\
 &I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:} \\
 &I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%
 \end{aligned}$$

## 18. REAJUSTE

**18.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**18.1.1.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**18.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**18.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**18.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**18.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**18.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**18.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.



IFRS – Campus Erechim	
Fls. nº	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

## 19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

**19.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

**19.1.1.** Por se tratar de contratação sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, se reduz consideravelmente o risco de inadimplência por parte da contratada.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**20.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

**20.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**20.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**20.1.3.** falhar ou fraudar na execução do contrato;

**20.1.4.** comportar-se de modo inidôneo; ou

**20.1.5.** cometer fraude fiscal.

**20.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**20.2.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**20.2.2. Multa de:**

**20.2.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**20.2.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**20.2.2.3.** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**20.2.2.4.** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**20.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**20.2.4.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

**20.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
---	--

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do	01



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
 Campus Erechim

	serviço, por funcionário e por dia;	
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**20.5.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**20.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**20.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**20.7.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

IFRS – Campus Erechim	
Fls. nº	Rubrica



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

- 20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços são os que constam nas tabelas do item 1 deste Termo de Referência.
- 21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 22.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 451.197,77 (quatrocentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e sete reais e setenta e sete centavos).

Erechim, 24 de maio de 2021.